

# Demonstrações Financeiras

## 2014

Exercício findo em  
30 de junho de 2014

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**

 **Banco Caixa Geral**

BRASIL

 ÍNDICE

---

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	8
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	16



## Aspectos mais Relevantes - 1º Semestre de 2014

- A carteira de crédito, incluindo garantias, do Banco Caixa Geral - Brasil ("Banco") apresentou um crescimento de 30% quando comparada com 30 de Junho de 2013. O Banco continua a não apresentar qualquer inadimplência em sua Carteira de Crédito.
- O Banco vem crescendo consistentemente a sua captação de recursos de terceiros, tendo encerrado o 1º semestre com R\$ 1,04 bilhão. O indicador de empréstimos de clientes por recursos de clientes observou uma clara melhoria, de 128% em Junho de 2013 para 99% em Junho de 2014.
- Em 30 de Junho de 2014, o Banco tinha um excedente de Liquidez no Balanço e Fora do Balanço de cerca R\$ 1,5 bilhão, 375% do Patrimônio Líquido em 30 de Junho de 2014.
- O índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos no Brasil, composto pelo Banco e CGD Investimentos é de 20%. O Patrimônio Líquido do Banco era de R\$ 396 milhões no final de Junho de 2014.
- O Banco apresentou uma evolução bastante positiva das Receitas da sua atividade bancária. Quando comparadas com o período homólogo de 2013 as receitas apresentaram um crescimento de 97%. A evolução foi positiva tanto nas receitas de Corporate & Investment Banking quanto nas receitas de Tesouraria.
- Os custos recorrentes da Atividade Bancária apresentaram uma subida de 2%, valor abaixo da inflação, quando comparados com o 1º semestre de 2013.
- O resultado da Atividade Bancária antes de impostos no Semestre foi positivo em R\$9,4 milhões (R\$ 13 milhões ajustado por custos não recorrentes). Este valor representa uma melhoria de R\$ 15,7 milhões quando comparado com o período homólogo de 2013 (ou R\$ 19,3 milhões quando ajustado pelos custos não recorrentes).
- A CGD Securities (corretora participada a 50% pelo Banco) obteve um resultado negativo de R\$ 8,2 milhões no 1º semestre de 2014 (versus um resultado negativo de R\$ 4,8 milhões no mesmo período em 2013). O reconhecimento por equivalência patrimonial de 50% dos resultados mais a amortização do ágio relativo à sua aquisição implicaram uma contribuição negativa para os resultados consolidados do Banco de R\$5,4 milhões.
- Assim, o Resultado Consolidado do Banco foi negativo em R\$ 2,3 milhões no 1º semestre de 2014, o que compara com um resultado negativo de R\$ 7,4 milhões no mesmo período em 2013. Se ajustado por custos não recorrentes, o resultado consolidado do Banco teria sido de R\$ 0,7 milhão no período.
- Em Julho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de *HomeBroker* com a Rico, plataforma de investimentos da Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. Esta operação conjuntamente com a reestruturação da atividade de corretagem institucional permitirá que a atividade de corretagem passe a ter uma contribuição positiva para os resultados do Banco no médio prazo.
- O Banco assinou com o International Finance Corporation - IFC, em Junho de 2014, um financiamento de longo prazo que impulsionará a estratégia comercial do Banco de apoiar projetos ambientais. O financiamento obtido junto ao IFC permite ampliar a oferta de linhas de crédito mais longas, a custos bastante competitivos e representa uma demonstração de confiança do IFC no modelo de negócios e na governança corporativa do Banco.

## Atividade e Estratégia

O Banco Caixa Geral - Brasil ("Banco") é controlado a 100% pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, maior grupo bancário de Portugal com um Patrimônio Líquido de cerca de R\$ 21,5 bilhões e com presença em 23 países, dos quais 7 de língua oficial portuguesa.

O Banco desenvolve suas operações no Brasil focando-se na atividade de Corporate & Investment Banking em alguns nichos selecionados e sem rede de agências, atendendo três segmentos de clientes: empresas, pessoas físicas e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Rio de Janeiro, o Banco desenvolve seus negócios com três pilares de atuação:

- Fomentar a atividade *cross border* entre o Brasil e os países onde o Grupo Caixa Geral de Depósitos está presente. Ou seja: i) fomentar a presença dos seus clientes internacionais no desenvolvimento ou implantação de suas atividades no Brasil, o maior país de língua oficial portuguesa; e ii) estender a seus clientes Brasileiros, o apoio da rede internacional do Grupo Caixa Geral de Depósitos para assessorar e financiar as atividades comerciais e de investimentos que eles tenham na Europa, África e China.
- Prover serviços financeiros aos setores relacionados à infraestrutura, principalmente os ligados às rodovias, energia, saneamento, portos e aeroportos, onde a Caixa Geral de Depósitos possui experiência e *track record* destacados na Península Ibérica e tendo já conquistado um lugar de destaque no mercado Brasileiro. Nos últimos 5 anos o Banco assessorou, estruturou ou financiou projetos de infraestruturas com valor superior a US\$ 10 bilhões.
- Apoiar empresas Brasileiras onde a dimensão e as áreas de atuação do BCG-Brasil possam acrescentar valor no desenvolvimento das suas atividades.

(Milhões de Reais) (1)

Grupo CGD	Jun-13	Jun-14
Patrimônio Líquido	20.769	21.586
Ativos Totais	345.505	300.105
Rácio de Solvabilidade	13,6%	13,4%
<b>(2) Crédito a Clientes (Líquido)/(3) Recursos de Clientes</b>	<b>108,5%</b>	<b>101,1%</b>

(Milhões de Reais) (1)

BCG Brasil	Jun-13	Jun-14
Patrimônio Líquido	419	396
Ativos Totais	1.445	1.497
Rácio de Solvabilidade	26,4%	19,9%
<b>(2) Crédito a Clientes (Líquido)/(3) Recursos de Clientes</b>	<b>128,4%</b>	<b>99,2%</b>

(1) Os valores foram convertidos para reais, utilizando a cotação de R\$ 2,9943 para 1 Euro, do dia 30 de Junho de 2014

(2) Inclui Operações de Crédito, Outros Créditos - Cessões, TVM (Títulos de Crédito Privado) - Debêntures e Novas Promissórias.

(3) Inclui Saldo em Conta Corrente, CDB, CDI, LCA, LCI e Letras Financeiras.

O Banco Caixa Geral - Brasil possui oferta integrada de serviços financeiros, a qual abrange transações em moeda local e moeda estrangeira, envolvendo os seguintes segmentos de negócios e produtos:

Áreas de Negócios	Produtos
<b>Corporate Banking</b>	- Financiamentos em moeda local e moeda estrangeira - incluindo os de comércio exterior - Garantias - Repasses do BNDES e do BNB
<b>Investment Banking</b>	- Financiamento de Projetos - Fusões e Aquisições - Financiamentos Estruturados - Operações de Mercado de Capitais (Dívida e Ações)
<b>Tesouraria</b>	- Câmbio - Derivativos (Câmbio, Juros, Inflação, Índices e Operações)
<b>Pessoas Físicas e Investidores Institucionais</b>	- Alternativas de Investimentos em Renda Fixa (CDB, Letra Financeira, LCI, LCA, CRI, Debêntures entre outros) - Alternativas de Investimentos em Renda Variável e Serviços de Corretagem através da CGD Securities - Câmbio - Derivativos

**Contexto Econômico - 1º Semestre de 2014**

**Economia Brasileira**

O cenário macroeconômico Brasileiro continuou apresentando deterioração no 1º semestre de 2014. O atual modelo de desenvolvimento econômico apresenta sinais de esgotamento. O PIB do 1º trimestre registrou alta de 0,2% e as previsões para o 2º trimestre são de queda em torno de 0,5%. Para o ano fechado, o consenso de mercado é de crescimento abaixo de 1%.

A inflação segue pressionada, em especial a inflação de serviços que roda na casa de 9% anuais. O índice IPCA registrou alta de 3,75% no 1º semestre e 6,52% nos últimos 12 meses findos em Junho. O Banco Central elevou a taxa SELIC para 11%, indicando que a manutenção da mesma nesse patamar deva ser suficiente para que a inflação entre em trajetória de convergência à meta no médio prazo.

Apesar disso, os ativos financeiros tiveram desempenho razoável no 1º semestre. O Dólar apresentou queda de cerca de 6% ante o Real, a bolsa teve valorização de 3,22% e as previsões para taxas de juros futuras apresentaram relativa estabilidade. Esse desempenho é explicado pelo cenário de abundante liquidez mundial que foi reforçado nesse 1º semestre pela decepção do crescimento nas economias avançadas.

**Economia Portuguesa**

Em Portugal, a atividade econômica registrou no 1º trimestre do ano um crescimento de 1,3% em termos homólogos. No 2º trimestre foram divulgados sucessivos sinais de confiança, com o indicador de clima econômico a melhorar pelo 6º trimestre consecutivo, e a fixar-se num máximo desde Setembro de 2008. A confiança dos consumidores situou-se no patamar mais alto desde Novembro de 2009.

No mercado de trabalho, o 1º trimestre voltou a trazer notícias positivas. A taxa de desemprego recuou para 15,1%, o que se traduz num decréscimo de 2,4 p.p. comparado com igual período de 2013. O valor da taxa fixou-se, desta forma, no valor mais baixo desde o 2º trimestre de 2012.

Vale assinalar, ter-se verificado no final do 1º semestre a bem sucedida conclusão do programa de assistência econômica e financeira ao país sem que tenha sido considerado necessário qualquer pacote de natureza cautelar para eventual apoio externo à economia. Desta forma o risco percebido pelos mercados financeiros da economia Portuguesa caiu para os níveis observados antes do início da crise dos ditos mercados europeus periféricos em 2010/2011.



• Fonte: Bloomberg

**Desempenho - 1º Semestre de 2014**

**Ativos - Carteira de Crédito**

Os Ativos Totais atingiram R\$ 1,497 milhões em 30 de Junho de 2014, os quais comparados a R\$ 1,445 milhões em Junho de 2013, mostra a estabilidade mantida no volume dos ativos, porém com uma composição substancialmente diferente do período anterior.

Destaca-se no 1º semestre de 2014, o significativo crescimento da Carteira Total de Crédito (incluindo Garantias) que somava R\$ 1,456 milhões em Junho de 2014, uma variação de 30% quando comparada a de Junho de 2013 (R\$ 1,117 milhões), resultante do amadurecimento das relações comerciais com a atual base de clientes, e também da conquista de novos clientes.

Ressaltamos que o BCG-Brasil desde o início de suas atividades em 2009, não apresenta inadimplência em sua Carteira de Crédito.

<b>Carteira de Crédito Bruto - "Incluído Garantias" (R\$ mil)</b>		<b>Jun-13</b>	<b>Jun-14</b>	<b>Δ%</b>	<b>Δ Montante</b>
Operações de Crédito		554.938	649.791	17%	94.853
Outros Créditos - Cessões		11.138	9.835	-12%	(1.303)
TVM (Títulos de Crédito Privado) - Debêntures e Notas Promissórias		83.267	150.458	81%	67.191
Garantias, Fianças e Avais		468.272	646.550	38%	178.278
<b>Total Carteira de Crédito Bruta</b>		<b>1.117.615</b>	<b>1.456.634</b>	<b>30%</b>	<b>339.019</b>
<b>Provisões de Crédito (R\$ mil)</b>		<b>Jun-13</b>	<b>Jun-14</b>	<b>Δ%</b>	<b>Δ Montante</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		6.298	6.230	-1%	(68)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		117	221	89%	104
Provisão para Risco de Créditos de Garantias e Fianças Prestadas		2.108	2.634	25%	526
<b>Total</b>		<b>8.523</b>	<b>9.085</b>	<b>7%</b>	<b>562</b>

**Captção de Recursos e Liquidez**

O Banco vem crescendo consistentemente sua Captção de Recursos de Terceiros, tendo encerrado o 1º semestre de 2014 com R\$ 1,043 milhões, o que representou um crescimento de 22% quando comparado aos R\$ 857 milhões em Junho de 2013.

A melhoria da conjuntura econômica Portuguesa teve um impacto positivo no aumento dos Recursos de Clientes do Banco, que cresceu 63% quando comparado com o final do 1º semestre de 2013 (R\$ 806 milhões no 1º semestre de 2014 versus R\$ 494 milhões no 1º semestre de 2013).

<b>Carteira de Captção de Recursos de Terceiros (R\$ mil)</b>		<b>Jun-13</b>	<b>Jun-14</b>	<b>Δ%</b>	<b>Δ Montante</b>
Repasso BNDES		38.971	15.998	-59%	(22.973)
CDB		340.121	524.064	54%	183.943
CDI		128.346	185.799	45%	57.453
Empréstimo no Exterior		67.560	190.734	182%	123.174
LCA		-	25.688	-	25.688
LCI		17.998	64.769	260%	46.771
Letra Financeira		7.755	5.589	-28%	(2.166)
Saldo Conta-Corrente		6.458	4.109	-36%	(2.349)
Captações no Mercado Aberto		250.204	26.397	-89%	(223.807)
<b>Total</b>		<b>857.413</b>	<b>1.043.147</b>	<b>22%</b>	<b>185.734</b>

Assim, o indicador de Empréstimos de Clientes por Recursos de Clientes observou uma clara melhoria, de 128% em Junho de 2013 para 99% em Junho de 2014, diminuindo a dependência das captações de mercado para o financiamento da atividade corrente de crédito do Banco.

Desta forma o Caixa Livre do Banco em 30 de Junho de 2014 era superior a R\$ 500 milhões, ou cerca de 130% do Patrimônio Líquido. Adicionalmente, o Banco tinha linhas não utilizadas, (incluindo linhas junto do Grupo CGD) de aproximadamente R\$1,030 milhões. Ou seja, o Banco tinha um excedente de Liquidez no Balanço e Fora do Balanço de cerca R\$ 1,5 bilhão, 375% do Patrimônio líquido em 30 de Junho de 2014.

Considerando o excesso de liquidez, o Banco irá prosseguir no esforço de alongamento do prazo de captação bem como redução do seu custo de captação.

O Banco assinou com a *International Finance Corporation - IFC*, em Junho de 2014, um financiamento de longo prazo que impulsionará a estratégia comercial do Banco de apoiar projetos nos setores de energias renováveis, eficiência energética, eficiência no uso de recursos hídricos e redução de emissão de CO<sub>2</sub>.

O financiamento obtido junto ao IFC, ainda não desembolsado em 30 de Junho de 2014, no montante de R\$ 67 milhões e com prazo final de 5 anos, permitirá ao Banco Caixa Geral - Brasil ampliar a oferta de linhas de crédito mais longas, a custos bastante competitivos e representa uma demonstração de confiança do IFC no modelo de negócios e na Governança Corporativa do Banco. Esta linha inicial do IFC poderá ser o primeiro passo para um financiamento mais recorrente para este tipo de crédito que é um dos pilares de atuação do Banco.

#### Resultado Individual do Banco, excluindo a Corretora

Destaca-se, no 1º semestre de 2014, o resultado alcançado pelo Banco de R\$ 6,1 milhões, excluindo custos não recorrentes de reestruturação de R\$ 3,6 milhões incorridos no 1º semestre de 2014. Este valor compara com um resultado negativo de R\$ 3,7 milhões do mesmo período em 2013.

Este resultado é justificado pelo crescimento das Receitas em quase 100% e uma contenção dos custos, que quando ajustados aos já referidos custos não recorrentes, cresceram 2%, claramente abaixo da inflação dos 12 meses anteriores.

O nível de provisões também baixou fruto da melhoria da qualidade da Carteira de Crédito.

Assim, o resultado antes de imposto no semestre foi positivo em R\$9,4 milhões (R\$ 13 milhões ajustado por custos não recorrentes). Este valor representa uma melhoria de R\$ 15,7 milhões quando comparado com o período homólogo de 2013 (ou R\$ 19,3 milhões quando ajustado pelos custos não recorrentes).

(Milhões de Reais)

Demonstrações do Resultado Gerencial	Jun-13	Jun-14	Jun-14*	Δ%	Δ Montante
Receitas:	18,5	36,4	36,4	97%	17,9
Tesouraria	6,6	21,1	21,1	220%	14,5
Corporate e Investment Bank e Outras	11,9	15,3	15,3	29%	3,4
Custos	(22,4)	(26,4)	(22,8)	2%	(0,4)
Provisões	(2,4)	(0,6)	(0,6)	75%	1,8
Resultado antes dos Impostos	(6,3)	9,4	13,0	306%	19,3
Impostos Diretos e Indiretos	2,6	(6,3)	(6,9)	365%	(9,5)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>(3,7)</b>	<b>3,1</b>	<b>6,1</b>	<b>265%</b>	<b>9,8</b>

(\*) Ajustado com custos de reestruturação não recorrentes do Banco.

#### Contribuição de Participadas (CGD Securities)

Desde Junho de 2012, o Banco detém 50% do capital da CGD Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, a qual opera sob a marca "CGD Securities". Outra entidade do Grupo CGD - o Caixa Banco de Investimento (Portugal) detém os restantes 50%. A aquisição teve como objetivos apoiar nossos clientes no acesso ao mercado de capitais não só no Brasil, mas também no exterior, e, também o de oferecer um canal exclusivo para entrada de investidores estrangeiros europeus no mercado de capitais Brasileiro, investidores esses clientes da ESN (European Securities Network), associação formal entre 10 corretoras europeias, da qual o Caixa Banco de Investimento (Portugal), acionista da "CGD Securities", é membro.

A queda significativa do nível de atividade no mercado de renda variável Brasileiro, no 1º semestre de 2014, contribuiu para a apuração na Corretora de um resultado negativo de R\$ 8,2 milhões (versus um resultado negativo de R\$ 4,8 milhões no mesmo período em 2013).

Em Julho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de HomeBroker com a Rico, plataforma de investimentos da Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. A iniciativa baseia-se em um acordo que unifica o atendimento aos clientes de ambas por meio de uma única plataforma.

Juntas, as empresas formam a segunda maior corretora independente de varejo do Brasil, com 90 mil clientes. O anúncio é fruto da estratégia de crescimento das companhias, colaborando com a consolidação do mercado.

#### Resultado Consolidado

Quando consolidada a equivalência patrimonial do seu Investimento correspondendo a 50% do capital da Corretora (CGD Investimentos) de - R\$ 4,1 milhões e, incorporada às Despesas Administrativas a despesa com amortização do ágio relativa a essa aquisição, no montante de R\$ 1,3 milhão, o Resultado Consolidado do Banco Caixa Geral - Brasil para o 1º semestre de 2014 foi de - R\$ 2,3 milhões, o que compara com - R\$ 7,4 milhões apurado no 1º semestre de 2013.

Se ajustado pelos custos não recorrentes já referidos, o resultado consolidado do Banco no 1º semestre de 2014 foi de R\$ 0,7 milhão.

#### Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco Caixa Geral - Brasil totalizou R\$ 396 milhões em 30 de Junho de 2014, comparado a R\$ 398 milhões em Dezembro de 2013.

#### Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia III considerando: i) risco de crédito; ii) risco de mercado; e iii) risco operacional. Em 30 de Junho de 2014, o índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral, composto pelo Banco e CGD Investimentos, é de 20%, demonstrando que o Banco possui a base de capital necessária para dar livre curso ao crescimento dos seus ativos projetado para os próximos anos.

#### Visão de Médio Prazo

O Banco na execução da sua estratégia está: i) fortalecendo a sua interação com o Caixa - Banco de Investimento em Portugal; ii) reforçando a sua equipe comercial; e, iii) aumentando a utilização do seu Balanço.

O Banco pretende finalizar durante o ano de 2014 o processo de reestruturação das suas atividades de corretagem. Para tal, e após anunciar a fusão das atividades do seu HomeBroker com a Rico, o Banco em conjunto com o Caixa - Banco de Investimento em Portugal (acionista da CGD Investimentos) está analisando várias alternativas para a sua atividade de corretagem institucional. O objetivo é de que a atividade de corretagem passe a ter uma contribuição positiva para os resultados do Banco.

Com esta atuação, o Banco pretende aumentar a rentabilidade do Capital através do aumento das receitas financeiras bem como com o aumento das receitas provenientes de serviços financeiros e um aumento da contribuição da sua participada. O Banco também analisará alternativas de investimento em negócios complementares que consumam pouco capital com o mesmo intuito de aumentar a remuneração dos seus capitais, aproximando esta remuneração para níveis em linha com o esperado para o setor.

#### Governança Corporativa

O Banco Caixa Geral - Brasil possui um Conselho de Administração que conta com membros independentes e com vasta experiência na área financeira e corporativa. Além disso, o Conselho de Administração conta com o suporte dos comitês técnicos de Auditoria e Remuneração, ambos integrados por membros do Conselho de Administração, sendo o Comitê Técnico de Auditoria presidido por um dos membros independentes, o qual revisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 30 de Junho de 2014.

Em atendimento à Resolução 3.988 do Banco Central do Brasil, a gestão de capital é realizada com o apoio do Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico de Capital do Banco.

#### Gestão de Riscos

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. A gestão de riscos foi estruturada com base numa Gerência de Riscos de Crédito e numa Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão de riscos do Banco apoia-se nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos;
- Envolvimento da Alta Administração nas tomadas de decisão;
- Manutenção de um perfil de risco conservador e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado, os quais são monitorados com base em critérios de concentração por clientes, setores, produtos, prazos - entre outros.

O Banco Caixa Geral - Brasil, através da sua área de Controles Internos, vem atendendo todos os requisitos das autoridades de supervisão, bem como da sua Matriz, além de focar-se no contínuo aperfeiçoamento das estruturas do Banco.

### Agências de Ratings

O Banco possui os seguintes ratings:

- Fitch Ratings desde 2011
- Rating Nacional de Longo Prazo A+ (bra)
- Rating Nacional de Curto Prazo F1 (bra)
- Rating de Suporte 3
- RiskBank também efetua análise e scoring do Banco desde 2010
- Classificado como "baixo risco no médio prazo"

### Operações que Merecem Destaque

- Participação como coordenador da oferta de Aumento de Capital da OI;
- Estruturação do financiamento de R\$ 115 milhões, para um **projeto de geração de biodiesel**;
- Financiamento bancário de R\$ 37 milhões para a **aquisição de controle acionário de uma empresa Brasileira por parte de uma empresa Portuguesa**;
- Financiamento bancário de R\$ 70 milhões para uma empresa Portuguesa para **equacionamento de passivo financeiro, ligado ao processo de venda de ativos no Brasil**;
- Estruturação de debêntures, no montante de R\$ 105 milhões, para a empresa de aviação **Azul Linhas Aéreas Brasileiras**;
- Participação na estruturação do financiamento internacional de USD\$ 366 milhões e no *hedge* de taxas de juro à **Globenet**, a qual adquiriu a empresa de cabos submarinos da Oi/PT.

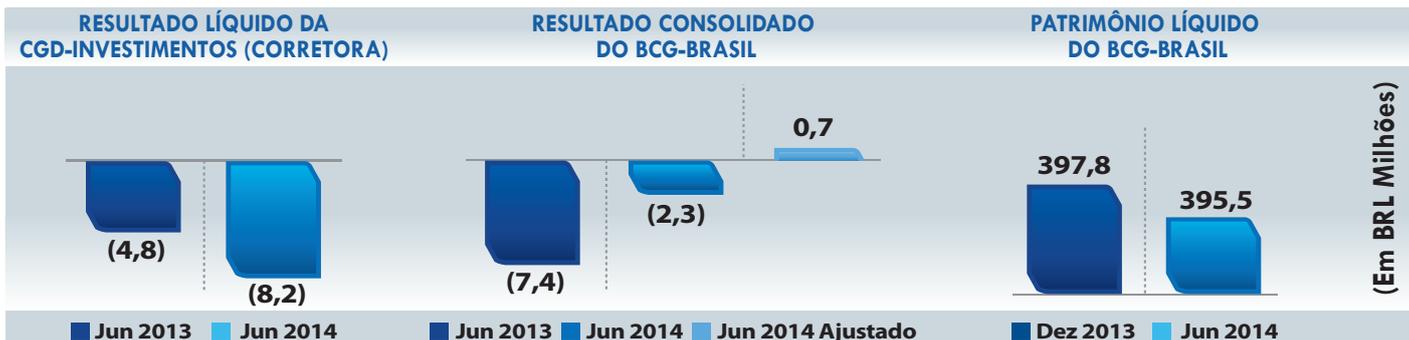
### Recursos Humanos

Em 30 de Junho de 2014, o Banco Caixa Geral - Brasil possuía 74 colaboradores, efetivo bastante estável quando comparado ao mesmo período em 2013 (69 colaboradores). O Banco estruturou a sua equipe de base com executivos de grande experiência profissional no Brasil e no exterior, os quais estão contribuindo para que a instituição seja eficiente e competitiva nos seus nichos de atuação. Em parceria com a CIEE - Centro de Integração Empresa - Escola, o Banco contava com 19 estagiários em Junho de 2014, cooperando assim para a formação de novos profissionais no setor bancário.

### Agradecimentos

A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

### A Administração



Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
<b>Circulante</b>		<b>1.069.639</b>	<b>819.981</b>	<b>Circulante</b>		<b>704.424</b>	<b>826.141</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>50.040</b>	<b>3.256</b>	<b>Depósitos</b>	16.a	<b>359.096</b>	<b>316.066</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	<b>368.180</b>	<b>355.070</b>	Depósitos à vista		4.109	6.458
Aplicações em operações compromissadas		357.564	355.070	Depósitos interfinanceiros		185.799	128.346
Aplicações em depósitos interfinanceiros		10.616	-	Depósitos a prazo		169.188	181.262
Aplicações em moeda estrangeira		-	-	<b>Captações no Mercado Aberto</b>	16.b	<b>26.397</b>	<b>250.205</b>
<b>Títls. e Vls. Mobls. e Instr. Financ. Derivativos</b>		<b>229.775</b>	<b>223.977</b>	Carteira própria		26.397	153
Carteira própria	6.b	117.723	108.959	Carteira de terceiros		-	250.052
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	-	-	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	16.c	<b>80.422</b>	<b>23.296</b>
Vinculados à prestação de garantias	6.b	103.812	70.823	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		52.007	17.998
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	8.240	44.195	Obrigações por emissão de letras de crédito agrícola		25.688	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>2.419</b>	<b>36</b>	Obrigações por emissão de letras financeiras		2.727	5.298
Pagamentos e recebimentos a liquidar		22	11	<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>241</b>	<b>45</b>
Créditos vinculados		78	25	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		241	45
Relações com Correspondentes		2.319	-	<b>Relações Interdependências</b>		<b>62</b>	<b>2.917</b>
<b>Operações de Crédito</b>		<b>366.426</b>	<b>119.403</b>	Recursos em trânsitos de terceiros		62	2.917
Operações de crédito		<u>366.426</u>	<u>119.403</u>	<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>		<b>198.412</b>	<b>87.634</b>
Setor privado	9.c	369.439	121.833	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	<u>7.678</u>	<u>20.074</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.013)	(2.430)	BNDES		6.477	16.352
<b>Outros Créditos</b>		<b>52.780</b>	<b>118.225</b>	Finame		1.201	3.722
Carteira de câmbio	10	32.474	84.005	Empréstimos no exterior	16.e	<u>190.734</u>	<u>67.560</u>
Rendas a receber	12	2.987	9.394	<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	7.a	<b>3.315</b>	<b>46.165</b>
Negociação e intermediação de valores		874	1.708	Instrumentos financeiros derivativos		3.315	46.165
Diversos	11	16.666	23.235	<b>Outras Obrigações</b>		<b>36.479</b>	<b>99.813</b>
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(221)	(117)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		16	67
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>19</b>	<b>14</b>	Carteira de câmbio	10	20.334	82.787
Despesas antecipadas		19	14	Sociais e estatutárias	17.a	171	171
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>375.248</b>	<b>539.954</b>	Fiscais e previdenciárias	17.b	4.760	3.664
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	-	<b>826</b>	Negociação e intermediação de valores		3.131	4.775
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	826	Diversas	17.c	8.067	8.349
<b>Títls. e Vls. Mobls. e Instr. Financ. Derivativos</b>		<b>106.083</b>	<b>105.744</b>	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>396.202</b>	<b>198.600</b>
Carteira própria	6.b	51.796	78.071	<b>Depósitos</b>	16.a	<b>354.876</b>	<b>158.859</b>
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	26.375	154	Depósitos a prazo		354.876	158.859
Vinculados à prestação de garantias	6.b	-	1.518	Depósitos interfinanceiros		-	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	27.912	26.001	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	16.c	<b>15.624</b>	<b>2.458</b>
<b>Operações de Crédito</b>		<b>264.850</b>	<b>428.093</b>	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		12.762	-
Operações de crédito		<u>264.850</u>	<u>428.093</u>	Obrigações por emissão de letras financeiras		2.862	2.458
Setor privado	9.c	268.066	431.961	<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>		<b>8.319</b>	<b>18.897</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.216)	(3.868)	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	<u>8.319</u>	<u>18.897</u>
<b>Outros Créditos</b>		<b>4.315</b>	<b>5.291</b>	BNDES		5.496	9.831
Rendas a receber	12	7	753	Finame		2.823	9.066
Diversos	11	4.308	4.538	<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	7.a	<b>14.179</b>	<b>16.446</b>
<b>Permanente</b>		<b>52.158</b>	<b>85.131</b>	Instrumentos financeiros derivativos		14.179	16.446
<b>Investimentos</b>		<b>50.201</b>	<b>82.973</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>3.204</b>	<b>1.940</b>
Participação em controlada	13	50.201	82.973	Fiscais e previdenciárias	17.b	1.051	1.940
Outros investimentos		2	2	Diversas	17.c	2.153	-
Provisão para perdas		(2)	(2)	<b>Resultado de Exercícios Futuros</b>		<b>899</b>	<b>827</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	14	<b>1.371</b>	<b>1.353</b>	Rendas antecipadas		899	827
Outras imobilizações de uso		2.320	2.079	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>395.520</b>	<b>419.498</b>
Depreciações acumuladas		(949)	(726)	Capital social	20.a	<u>400.000</u>	<u>400.000</u>
<b>Diferido</b>		<b>195</b>	<b>413</b>	De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Gastos de organização e expansão		1.652	1.634	Reservas de lucros		-	26.945
Amortizações acumuladas		(1.457)	(1.221)	Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	(11)
<b>Intangível</b>	15	<b>391</b>	<b>392</b>	Prejuízos acumulados		(4.480)	(7.436)
Outros ativos intangíveis		1.320	1.183	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.497.045</b>	<b>1.445.066</b>
Amortizações acumuladas		(929)	(791)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.497.045</b>	<b>1.445.066</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

	Capital		Reserva de Lucros		Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	Prejuízos Acumulados	Total
	Social	Legal	Especial de Lucros	Expansão			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>400.000</b>	<b>1.978</b>	-	<b>24.967</b>	-	-	<b>426.945</b>
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(11)	-	(11)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(7.436)	(7.436)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2013</b>	<b>400.000</b>	<b>1.978</b>	-	<b>24.967</b>	<b>(11)</b>	<b>(7.436)</b>	<b>419.498</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>400.000</b>	<b>1.978</b>	-	<b>24.967</b>	<b>(7)</b>	<b>(29.101)</b>	<b>397.837</b>
Destinação para constituição de reserva (nota 20.c)	-	-	24.967	(24.967)	-	-	-
Absorção de prejuízo com reservas (nota 20.c)	-	(1.978)	(24.967)	-	-	26.945	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	7	-	7
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(2.324)	(2.324)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2014</b>	<b>400.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.480)</b>	<b>395.520</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2014	2013
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>61.118</b>	<b>32.204</b>
Operações de crédito		35.612	21.590
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		27.272	11.674
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(7.626)	394
Resultado de operações de câmbio		5.860	(1.454)
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(34.640)</b>	<b>(23.982)</b>
Operações de captações no mercado		(31.864)	(19.644)
Operações de empréstimos e repasses		(2.231)	(2.191)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(545)	(2.147)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>26.478</b>	<b>8.222</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(24.599)</b>	<b>(20.409)</b>
Receitas de prestação de serviços	24	8.658	7.562
Resultado de participação em controlada	13.b	(4.082)	(2.418)
Despesas de pessoal		(17.221)	(13.837)
Outras despesas administrativas	25	(10.524)	(9.990)
Despesas tributárias	26	(1.931)	(1.922)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	501	196
<b>Resultado Operacional</b>		<b>1.879</b>	<b>(12.187)</b>
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>(2)</b>	<b>(1)</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>1.877</b>	<b>(12.188)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	19.a	<b>(4.140)</b>	<b>4.752</b>
Provisão para imposto de renda		(1.521)	-
Provisão para contribuição social		(750)	-
Ativo fiscal diferido		(1.869)	4.752
<b>Participação no Lucro</b>		<b>(61)</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo Líquido do Semestre</b>		<b>(2.324)</b>	<b>(7.436)</b>
<b>Prejuízo por Ação no Final do Semestre (R\$)</b>		<b>(2,17)</b>	<b>(6,93)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013  
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
<b>Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido Ajustado no Semestre</b>		<b>5.918</b>	<b>(5.709)</b>
Prejuízo líquido do semestre		(2.324)	(7.436)
Ajustes ao lucro (prejuízo) líquido:		8.242	1.727
Amortização do ágio	25	1.306	1.306
Depreciações e amortizações	25	265	333
Resultado da participação em controlada	13.b	4.082	2.418
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	27	(100)	257
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9.e	545	2.147
Provisão para impostos e contribuições diferidos		(2.026)	(924)
Créditos tributários		3.895	(3.828)
Provisão para contingências	27.b	275	18
<b>Variações dos Ativos e Obrigações</b>		<b>145.496</b>	<b>(191.062)</b>
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.647)	103.010
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(17.460)	(170.823)
(Aumento) em operações de crédito		(100.161)	(253.796)
(Aumento) em outros créditos		(11.980)	(32.383)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(11)	145
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		(2.473)	2.803
Aumento (Redução) em depósitos		215.639	(30.771)
(Redução) aumento em captação no mercado aberto		(112.360)	84.450
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		71.402	13.896
Aumento em outras obrigações		25.963	16.762
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		79.107	75.467
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		(523)	178
<b>Disponibilidades Líquidas Oriundas (Aplicadas) das Atividades Operacionais</b>		<b>151.414</b>	<b>(196.771)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Alienação de imobilizado de uso		14	-
Baixa do diferido		-	-
Aquisição de imobilizado de uso		(5)	(45)
Aplicações no intangível		(2)	(77)
<b>Disponibilidades Líquidas Oriundas (Aplicadas) nas Atividades de Investimentos</b>		<b>7</b>	<b>(122)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Juros sobre o capital próprio pagos		-	(4.105)
<b>Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades de Financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(4.105)</b>
<b>Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>151.421</b>	<b>(200.998)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		263.003	559.324
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre		414.424	358.326
<b>Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>151.421</b>	<b>(200.998)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento. O Banco é o sucessor legal do Banco Financeiro Português - "em Liquidação Ordinária". Em 3 de dezembro de 2008, foi transformado em banco múltiplo e teve a sua liquidação ordinária suspensa. Em 1º de abril de 2009, o Banco iniciou suas operações como banco de atacado e de investimento. O Grupo Caixa Geral de Depósitos, por meio de suas controladas, Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Brasil) e Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), adquiriram a Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Banif CVC"), por meio dos seguintes eventos:

- A CGD Participações em Instituições Financeiras ("CGD Participações"), controlada pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), em partes iguais, em conformidade com as condições previstas no "Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações", celebrou em 2 de junho de 2010 e aditamentos posteriores, a aquisição de 70% do capital social da Banif CVC.
- Em 12 de julho de 2010, o Banco deteve 588.821 quotas, livres de ônus e encargos, equivalentes a 50% do total das quotas representativas do capital social da CGD Participações, com efeitos a partir de 1º de junho de 2010. Nessa mesma data, a entidade Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal) passou a deter os 50% restantes das quotas da CGD Participações.
- Em 26 de agosto de 2011, foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro, que aprovou a participação estrangeira da CGD Participações, no capital social da Banif CVC.
- Em 9 de abril de 2012, o Banco Central do Brasil - BACEN aprovou a transferência do controle acionário (70% da participação acionária) da CGD Investimentos, por meio da aquisição de ações do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. para a CGD Participações.
- Conforme Ata de Assembleia Extraordinária em 10 de maio de 2012 e Comunicado do Banco Central do Brasil de 8 de junho de 2012, que alterou e aprovou, respectivamente, a denominação social de Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("CGD Investimentos").
- Em 11 de junho de 2012, a CGD Participações adquiriu as ações remanescentes (30% da participação do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.) tornando-se o único acionista. Dessa forma, o Banco, através da sua controlada CGD Participações, passou a deter 50% do capital social da referida Corretora em conjunto com o Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), o qual igualmente passou a deter 50% do capital.
- Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações

(nota 13). Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. Essa operação foi aprovada em 29 de abril de 2013 pelo Banco Central do Brasil.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
  - CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
  - CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
  - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
  - CPC 23 - Registro contábil e evidênciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
  - CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
  - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e
  - CPC 00 - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 26 de agosto de 2014.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

**a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pró-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

**b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")**

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

**e) Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**(i) Títulos para negociação:** são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.

**(ii) Títulos disponíveis para venda:** contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".

**(iii) Títulos mantidos até o vencimento:** são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

**f) Instrumentos financeiros derivativos**

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, swaps e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

• Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras;

• Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre;

• Operações de swaps: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pró-rata" dia até a data das demonstrações financeiras;

• Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

**g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

**h) Operações em moeda estrangeira**

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

**i) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

**j) Permanente**

• Investimentos: A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição. O ágio com fundamento na previsão de resultados futuros da controlada é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões. O ágio constituído pela aquisição de intangíveis classifica-se, de acordo com suas características, em uma das seguintes condições:

**(i)** se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração limitada e é amortizado em consonância com o prazo estimado de verificação do evento que o determina ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de decorrido o prazo estimado de amortização;

**(ii)** se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração indeterminada e é mantido ativado até a verificação do evento que o determina ou, quando baixado o investimento, por alienação, perda ou extinção. Se, em qualquer oportunidade o valor contábil for notoriamente superior ao valor de mercado, apurado por processo de avaliação ou pesquisa de mercado é constituída provisão para adequar o valor contábil ao valor de mercado.

• Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

• Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

**k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

• Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

**l) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

**m) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

**n) Estimativas contábeis**

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2014	2013
Disponibilidades	50.040	3.256
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5)	6.820	-
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	357.564	355.070
Total de caixa e equivalente de caixa	414.424	358.326

Em 30 de junho de 2013, as aplicações em depósitos interfinanceiros apresentam, na data de aquisição, prazo de vencimento superior a noventa dias.

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2014			2013		
	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.820	3.796	10.616	-	826	826
Aplicações em operações compromissadas	357.564	-	357.564	355.070	-	355.070
Total	364.384	3.796	368.180	355.070	826	355.896

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

**a) Composição da carteira em 30 de junho de 2014 e de 2013:**

	2014		2013	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação:</b>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	143.844	143.473	172.633	168.626
Títulos privados - renda variável	4.221	4.111	6.685	6.114
Total de títulos para negociação	148.065	147.584	179.318	174.740
<b>Títulos disponíveis para venda:</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)	1.665	1.665	1.517	1.518
Debêntures	78.171	78.171	83.286	83.267
Notas promissórias	72.286	72.286	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	152.122	152.122	84.803	84.785
Total de títulos e valores mobiliários	300.187	299.706	264.121	259.525

(\*) Títulos bloqueados em garantia (nota 18.a)

**b) Composição por prazo de vencimento**

	2014		2013	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 3 a 12 meses	143.844	143.473	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	172.633	168.626
Total de títulos públicos	143.844	143.473	172.633	168.626
Títulos privados - renda variável sem vencimento	4.221	4.111	6.685	6.114
Total de títulos para negociação	148.065	147.584	179.318	174.740
<b>Títulos disponíveis para venda</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)				
De 3 a 12 meses	1.665	1.665	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	1.517	1.518
Total de títulos públicos	1.665	1.665	1.517	1.518
Debêntures				
De 3 a 12 meses	-	-	5.042	5.042
De 1 a 3 anos	62.916	62.916	-	-
De 3 a 5 anos	15.255	15.255	78.244	78.225
Notas Promissórias				
Até 3 meses	72.286	72.286	-	-
Total de títulos privados	150.457	150.457	83.286	83.267
Total de títulos disponíveis para venda	152.122	152.122	84.803	84.785
Circulante (*)	222.016	221.535	184.360	179.782
Realizável a longo prazo	78.171	78.171	79.761	79.743
Total de títulos e valores mobiliários	300.187	299.706	264.121	259.525

(\*) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

**c) Custódia dos títulos e valores mobiliários**

Os títulos públicos no montante de R\$ 145.138 (R\$ 170.144 em 2013) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados no montante de R\$ 150.457 (R\$ 83.267 em 2013)

**b) Composição do valor de referência por vencimento**

	2014					2013				
	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap - posição ativa	89.512	137.476	90.150	331.389	648.527	26.052	25.900	31.000	236.867	319.819
Swap - posição passiva	-	-	-	334.649	334.649	9.422	-	26.400	197.302	233.124
NDF - posição ativa	664.290	-	-	-	664.290	-	-	-	-	-
NDF - posição passiva	664.290	-	-	-	664.290	594	40.963	-	-	41.557
Opções a exercer	38.200	-	-	-	38.200	-	-	-	-	-
Opções lançadas	40.050	-	-	-	40.050	-	-	-	-	-
Venda a termo de títulos	-	-	-	-	-	42.169	-	-	-	42.169
Futuros - posição comprada	238.636	153.679	4.682	-	396.997	96.223	340.570	29.780	10.208	476.781
Futuros - posição vendida	86.183	305.851	161.277	7.073	560.384	119.986	44.352	217.366	30.018	411.722
Total	1.821.161	597.006	256.109	673.111	3.347.387	294.446	451.785	304.546	474.395	1.525.172

**c) Composição por indexador**

	2014			2013		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<b>Operações de Swap</b>						
Posição ativa	30.442	-	648.527	28.027	-	319.819
Dólar x Libor	4.508	-	128.547	7.418	-	147.302
Euro BCE x CDI	8.326	-	27.450	8.256	-	32.025
Dólar x CDI	406	-	75.549	210	-	12.452
IPCA x CDI	5.553	-	49.840	7.990	-	49.840
Pré x CDI	3.985	-	125.700	4.153	-	78.200
CDI x Dólar	332	-	15.568	-	-	-
Dólar x Libor 1	7.296	-	147.302	-	-	-
Libor 2 X Dólar	36	-	78.571	-	-	-
Posição passiva	-	(15.281)	334.649	-	(16.630)	233.124
Dólar x CDI	-	-	-	-	(127)	6.568
CDI x Euro	-	-	-	-	(56)	2.854
CDI x IPCA	-	(5.339)	50.000	-	(7.796)	50.000
CDI x Libor	-	(1.089)	4.400	-	(3.667)	13.200
Libor 1M x Dólar	-	(5.198)	151.702	-	(4.984)	160.502
Libor x Dólar	-	(3.655)	128.547	-	-	-
Total de operações de Swap	30.442	(15.281)	983.176	28.027	(16.630)	552.943
<b>Operações de NDF</b>						
Posição ativa	4.373	-	664.290	-	-	-
Posição passiva	-	(1.007)	664.290	-	(3.812)	41.557
Total de operações de NDF	4.373	(1.007)	1.328.580	-	(3.812)	41.557
<b>Operações de futuros</b>						
Venda a termo de título	-	-	-	42.169	(42.169)	42.169
Total de venda a termo de título	-	-	-	42.169	(42.169)	42.169
Opções de dólar - posição comprada	1.337	-	38.200	-	-	-
Opções de ações - posição vendida	-	(1.206)	40.050	-	-	-
Total de operações de opções	1.337	(1.206)	78.250	-	-	-
<b>Operações de futuros</b>						
Posição comprada	1.717	-	396.997	3.401	(71)	476.781
DDI	639	-	202.371	1.768	-	94.240
DI1	-	-	-	-	(71)	288.867
DOL	1.066	-	192.585	1.531	-	92.944
EUR	2	-	1.504	12	-	730
IND	10	-	537	-	-	-
YPY	-	-	-	-	90	-
Posição vendida	31	(874)	560.384	475	(2.292)	411.722
DDI	-	(336)	70.861	-	(1.325)	94.467
DI1	31	-	290.773	463	-	217.119
DOL	-	(33)	71.581	-	(130)	57.204
EUR	-	(387)	40.325	-	(709)	41.519
IND	-	-	-	-	12	1.413
JPY	-	(71)	11.028	-	-	-
T10	-	(47)	75.816	-	(128)	-
Total de operações de futuros	1.748	(874)	957.381	3.876	(2.363)	888.503
Total	37.900	(18.368)	3.347.387	74.072	(64.974)	1.525.172

estão custodiados na CETIP S.A. - Mercados Organizados e os títulos privados - renda variável no montante de R\$ 4.111 (R\$ 6.114 em 2013) na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLIC.

**d) Valor de mercado**

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 30 de junho de 2014 e de 2013, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das ações de companhias abertas é obtido por meio de coletas dos seus preços de fechamento divulgados pela BM&FBovespa. Para os demais títulos que compõem a carteira e que não possuem preços médios divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação. Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$ (18) em 2013. O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$ (11) em 2013, líquidos dos efeitos tributários.

**7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 30 de junho de 2014 e de 2013, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

**a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado**

	2014		2013	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Swap - diferencial a receber	16.989	13.453	30.442	14.267
Swap - diferencial a pagar	(8.014)	(7.267)	(15.281)	(8.164)
Total Swap	8.975	6.186	15.161	6.103
NDF - a receber	6.093	(1.720)	4.373	-
NDF - a pagar	(847)	(160)	(1.007)	(2.703)
Total NDF	5.246	(1.880)	3.366	(2.703)
Opções - prêmios e opções a exercer	880	457	1.337	-
Opções - prêmios e opções lançadas	(543)	(663)	(1.206)	-
Total opções	337	(206)	131	-
Venda a termo de título - posição ativa	-	-	-	42.169
Venda a termo de título - posição passiva	-	-	-	(42.169)
Total venda a termo de títulos	-	-	-	-
Total	14.558	4.100	18.658	3.400

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de Swap, Non Deliverables Forward - NDF, Futuros, Operações a Termo e Opções, sendo registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBovespa.

**d) Valor de referência por local de negociação**

	2014			2013		
	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total
Operações de Swap	225.540	757.636	983.176	178.040	374.903	552.943
Operações de NDF	-	1.328.580	1.328.580	-	41.557	41.557
Operações de venda a termo de títulos	-	-	-	42.169	-	42.169
Opções	78.250	-	78.250	-	-	-
Futuros - posição comprada	396.997	-	396.997	476.780	-	476.780
Futuros - posição vendida	560.384	-	560.384	411.723	-	411.723
<b>Total</b>	<b>1.261.171</b>	<b>2.086.216</b>	<b>3.347.387</b>	<b>1.108.712</b>	<b>416.460</b>	<b>1.525.172</b>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

**e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013.

	2014			2013		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	46.227	(43.596)	2.631	72.851	(67.756)	5.095
NDF	33.557	(7.925)	25.632	2.751	(4.306)	(1.555)
Opções	32.770	(32.249)	521	132.244	(135.558)	(3.314)
Contrato de futuros	215.306	(251.716)	(36.410)	18.848	(18.680)	168
<b>Total</b>	<b>327.860</b>	<b>(335.486)</b>	<b>(7.626)</b>	<b>226.694</b>	<b>(226.300)</b>	<b>394</b>

**f) Valor e tipo de margem dados em garantia**

O montante de margem depositado em garantia na BM&FBovespa e CBLC das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2014 e de 2013 tem a seguinte composição:

	2014	2013
	Títulos e valores mobiliários - Carteira própria	
Letras do Tesouro Nacional - LTN		102.147
<b>Total</b>		<b>102.147</b>

A rubrica "Vinculados à prestação de garantias" é composta também por Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.665 (R\$ 1.518 em 2013) vinculadas a depósitos judiciais (nota 18.a).

**g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"**

Em 30 de junho de 2014, as estruturas de "hedge de risco de mercado" são compostas por contratos futuros de DDI, com valor atualizado de R\$ 179.104 e vencimentos que variam de julho de 2014 a abril de 2016, e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira. O valor de mercado das captações no exterior é de R\$ 178.613 e está classificado como objeto de "hedge de risco de mercado" e sofreu ajuste a mercado que foi reconhecimento no resultado. A efetividade das estruturas do "hedge de risco de mercado" é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge". A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2014 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

**8. GESTÃO DE RISCOS**

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

**I - Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas: • Valor em Risco (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos; • Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&FBovespa ou própria); • Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos; • Sensibilidade (PV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de

Referência do Banco. Em 30 de junho de 2014, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 3.364.

**II - Risco de crédito:** O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

**III - Risco operacional:** O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico.

**IV - Risco de liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O Stress Test de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site [www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco](http://www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco).

**9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

As informações da carteira de crédito, em 30 de junho de 2014 e de 2013, estão assim apresentadas:

**a) Composição da carteira por modalidade de operação**

	2014	2013
Capital de giro	621.490	514.749
Financiamento - Finance	4.026	18.961
Financiamento - BNDES	11.989	20.059
Financiamento de títulos e valores mobiliários	-	25
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	<b>637.505</b>	<b>553.794</b>
Outros créditos e títulos a receber (*)	9.835	11.138
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	12.284	1.144
Total de operações de crédito e outros créditos		
com característica de concessão de crédito	<b>659.624</b>	<b>566.076</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.229)	(6.298)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(221)	(117)
<b>Total da provisão</b>	<b>(6.450)</b>	<b>(6.415)</b>
Circulante	388.324	131.568
Realizável a longo prazo	264.850	428.093

(\*) Em 30 de junho de 2014, refere-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 9.835 (R\$ 11.138 em 2013) com vencimento final em julho de 2014 (agosto de 2013 em 2013) (nota 11).

**b) Composição da carteira por setor de atividade**

	2014	2013
Setor Privado:		
Indústria	179.066	178.914
Comércio	126.670	132.542
Outros	<b>353.888</b>	<b>254.620</b>
<b>Total</b>	<b>659.624</b>	<b>566.076</b>

**c) Composição da carteira por vencimento**

	2014						2013	
	A vencer						Total	Total
Vencido	1 a 30	31 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima 360			
Capital de giro	840	21.051	90.669	73.070	176.114	259.746	621.490	514.749
Financiamento - Finame	-	116	217	326	544	2.823	4.026	18.961
Financiamento - BNDES	-	1.834	3.575	361	722	5.497	11.989	20.059
Financiamento de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	25
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	-	-	-	12.284	-	-	12.284	1.144
Títulos com característica de concessão de crédito (nota 11)	-	9.835	-	-	-	-	9.835	11.138
<b>Total</b>	<b>840</b>	<b>32.836</b>	<b>94.461</b>	<b>86.041</b>	<b>177.380</b>	<b>268.066</b>	<b>659.624</b>	<b>566.076</b>

**d) Composição da carteira por nível de risco**

Nível	Faixa de provisão - %	2014			2013		
		Vencido	Curso normal	Provisão	Vencido	Curso normal	Provisão
AA	-	-	65.593	-	-	63.469	-
A	0,50%	-	115.833	579	-	128.796	644
B	1,00%	-	426.645	4.266	-	272.169	2.722
C	3,00%	-	50.713	1.521	29	101.613	3.049
D	10,00%	840	-	84	-	-	-
<b>Total</b>		<b>840</b>	<b>658.784</b>	<b>6.450</b>	<b>29</b>	<b>566.047</b>	<b>6.415</b>

**e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

	2014	2013
Saldo no início do semestre	(5.905)	(4.268)
Provisão constituída	(2.835)	(2.431)
Reversão de provisão	2.290	284
<b>Saldo ao final do semestre</b>	<b>(6.450)</b>	<b>(6.415)</b>

**f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados**

No semestre findo em 30 de junho de 2014, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, no montante de R\$ 9.835 (R\$ 11.138 em 2013). Em 30 de junho de 2014 houve recuperações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$ 260. Não houve recuperações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no semestre findo em 30 de junho de 2013.

**10. CARTEIRA DE CÂMBIO**

	2014	2013
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	27.619	75.938
Direitos sobre vendas de câmbio	4.821	8.067
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9.a)	34	-
<b>Total</b>	<b>32.474</b>	<b>84.005</b>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	4.793	8.225
Obrigações por compras de câmbio	27.791	75.706
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	(12.250)	(1.144)
<b>Total</b>	<b>20.334</b>	<b>82.787</b>

A carteira de câmbio em 2014, possui prazo de vencimento em dezembro de 2014.

**11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	2014	2013
Programa de Integração Social - PIS a compensar (i)	-	1.695
Créditos tributários de contribuição social - Medida Provisória nº 1.807/99 (i)	-	1.220
Créditos tributários de contribuição social sobre adições temporárias (i)	-	518
Contribuição social a restituir (i)	-	317
IR e CSLL (i)	-	72
Provisão para realização dos créditos tributários, PIS a compensar (i)	-	(3.822)
Subtotal	-	-
Títulos de crédito a receber (nota 9.a)	9.835	11.138
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 19.b)	5.717	12.997
Impostos e contribuições a compensar	3.329	2.078
Pagamentos a ressarcir	41	120
Adiantamento e antecipações salariais	626	548
Depósitos judiciais	1.193	687
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 21.b)	66	129
Outros	167	76
<b>Total</b>	<b>20.974</b>	<b>27.773</b>
Circulante	16.666	23.235
Realizável a longo prazo	4.308	4.538

(i) A Administração, tendo em vista as contingências do Banco Financeiro Português, que encontrava-se em "Liquidação Ordinária" e tendo em vista o início das atividades como banco múltiplo e com base na Resolução CMN nº 3.059/02 e disposições posteriores, manteve provisão para realização da totalidade desses créditos. Em 31 de dezembro de 2013, esses créditos foram utilizados pelo Banco.

**12. RENDAS A RECEBER**

	2014	2013
Comissões por garantias prestadas a receber	805	448
Serviços prestados a receber (a)	668	7.959
Rendas a receber de Sociedades Ligadas (nota 21.b)	89	635
Outras rendas a receber (b)	1.432	1.105
<b>Total</b>	<b>2.994</b>	<b>10.147</b>
Circulante	2.987	9.394
Realizável a longo prazo	7	753

(a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira. (b) Referem-se a comissões sobre garantia de operações em moeda estrangeira.

**13. INVESTIMENTOS**

**a) Participação em controlada**

	2014	2013
	CGD	CGD
Dados da controlada	<b>Investimentos</b>	<b>Investimentos</b>
Capital social	104.338	104.339
Patrimônio líquido	30.525	90.844
Prejuízo líquido no semestre para fins de equivalência patrimonial	(8.164)	(4.835)
Participação societária	50%	50%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	15.262	45.422
Ágio	34.939	37.551
<b>Total do investimento</b>	<b>50.201</b>	<b>82.973</b>
Resultado de equivalência patrimonial no semestre	(4.082)	(2.418)

**b) Movimentação dos investimentos**

	2014	2013
	CGD	CGD
Saldo inicial	55.589	86.697
Resultado da participação em controlada	(4.082)	(2.418)
Amortização de ágio	(1.306)	(1.306)
<b>Saldos ao final do semestre</b>	<b>50.201</b>	<b>82.973</b>

A tabela a seguir demonstra, em base definitiva, a alocação do preço de compra ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da efetiva transação:

	Valor justo na data da efetiva transação
Alocação do preço de compra	
Ativos tangíveis menos passivos (patrimônio líquido)	69.676
Ativos intangíveis:	
Licença	1.800
Sistemas/Softwares	700
Carteiras de clientes	28.000
Ágio - rentabilidade futura	79.474
Preço de compra	179.650

Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações. Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. A CGD Investimentos para fins da incorporação reversa pela adquirida CGD Participações teve o valor do seu patrimônio líquido reduzido, através de provisão integral da diferença entre o valor pago na aquisição em relação ao seu patrimônio líquido (ágio de rentabilidade futura) em 31 de outubro de 2012, no montante de R\$109.974, líquido do efeito tributário apurado sobre a parcela da diferença relativa ao ágio de rentabilidade futura, no montante de R\$31.790, sendo valor líquido de R\$78.584.

	Ágio de rentabilidade futura	Ágio de rentabilidade futura	(-) Benefício fiscal registrado na Corretora (40% sobre o ágio de rentabilidade futura)	(+) outros	(=) Ágio de rentabilidade futura a ser alocado entre os investidores
	79.474	31.790	400	48.084	
<b>Ágio registrado no Grupo CGD (50% Banco e 50% Caixa BI)</b>	<b>BCG Brasil</b>	<b>Caixa BI</b>	<b>Total</b>		
Licença	900	900	1.800		
Sistemas/Softwares	350	350	700		
Carteiras de clientes	14.000	14.000	28.000		
Ágio - rentabilidade futura	24.042	24.042	48.084		
<b>Total</b>	<b>39.292</b>	<b>39.292</b>	<b>78.584</b>		

Desta forma, após a incorporação reversa, o ágio está demonstrado como se segue:

	Prazo meses	Valor amortizado Custo	Valor amortizado Acumulado (*)	Saldo Líquido 2014	Valor amortizado 2014 (**)
Ativos intangíveis na incorporação:					
Licença - CVC	78	900	230	670	69
Sistemas/Softwares	60	350	117	233	35
Carteira de clientes	-	14.000	-	14.000	-
Ágio - rentabilidade futura	120	24.042	4.006	20.036	1.202
		39.292	4.353	34.939	1.306

(\*) Amortização do ágio no período de Novembro de 2012 a Junho de 2014.

(\*\*) A amortização do ágio no montante de R\$ 1.306, referente ao semestre findo de 2014, está registrada na rubrica "Outras despesas administrativas" (nota 25).

**c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment)**

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment) é efetuado anualmente, considerando a Entidade investida como uma única unidade geradora de caixa, visto que esse é o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração. O valor recuperável é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração e taxa de desconto de mercado. As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se principalmente nos resultados líquidos esperados para o período. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável. Assim, não foi identificada nenhuma perda por "impairment" para o ágio do Banco no semestre findo em 30 de junho de 2014.

**d) Informações adicionais sobre o investimento em controlada**

O Grupo Caixa Geral de Depósitos assumiu a gestão da CGD Investimentos em junho de 2012. A reorganização da Corretora e o foco nos seus objetivos estratégicos definidos exigiram um esforço operacional considerável. Por outro lado, em termos de mercado, a CGD Investimentos enfrentou

uma conjuntura desfavorável no mercado brasileiro de ações. A Corretora encerrou o primeiro semestre de 2014 com um resultado negativo de R\$ 8.164 (R\$ 4.835 em 2013), o que implicou em que o Banco registrasse no período equivalência patrimonial negativa de R\$ 4.082 (R\$ (2.418) em 2013), correspondente à sua participação de 50%, à qual se adicionam os custos de amortização do ágio decorrente do processo de aquisição de R\$ 1.306 (R\$ 1.306 em 2013). A CGD Investimentos possui contingências tributárias cujas perdas foram avaliadas pelos assessores legais como possível.

#### 14. IMOBILIZADO DE USO

Está representado por:

	Taxa anual depreciação	2014			2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	1.518	(622)	896	1.518	(473)	1.045
Comunicação	10%	559	(142)	417	291	(93)	198
Processamento de dados	20%	241	(183)	58	237	(145)	92
Veículos	20%	2	(2)	-	33	(15)	18
<b>Total</b>		<b>2.320</b>	<b>(949)</b>	<b>1.371</b>	<b>2.079</b>	<b>(726)</b>	<b>1.353</b>

#### 15. INTANGÍVEL

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

	Taxa anual amortização	2014			2013		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
	20%	1.320	(929)	391	1.183	(791)	392

#### 16. CAPTAÇÕES

##### a) Depósitos:

	2014	2013
Depósitos à vista	4.109	6.458
Depósitos a prazo	524.064	340.121
De 1 a 90 dias	95.628	24.549
De 91 até 360 dias	73.560	156.713
A vencer após 360 dias	354.876	158.859
Depósitos interfinanceiros	185.799	128.346
De 1 a 90 dias	185.799	128.346
Total de depósitos	713.972	474.925
Circulante	359.096	316.066
Exigível a longo prazo	354.876	158.859

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 706.217 (R\$439.692 em 2013), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 99% a 113,8% (de 97% a 113% em 2013) e possuem prazos que variam de 1 a 2.404 dias. Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 3.646 (R\$ 28.775 em 2013), apresentam taxas ao ano que variam de 9,19% a 14,51% (7,1% a 11,4% em 2013) e possuem prazos que variam de 49 a 1.283 dias.

##### b) Captações no mercado aberto

	2014		2013	
	De 1 a 90 dias	Total	De 1 a 90 dias	A vencer após 180 dias
Carteira própria	26.397	26.397	250.052	-
Debêntures	26.397	26.397	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	250.052	-
Carteira de terceiros	-	-	-	153
Debêntures	-	-	-	153
Total de captações no mercado aberto	26.397	26.397	250.052	153

##### c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito agrícola e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 88.614 (R\$ 21.082 em 2013) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 114,5% (94% a 113% em 2013). As letras financeiras, letras de crédito agrícola e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 7.432 (R\$ 4.672 em 2013), apresentam taxas ao ano que variam de 10,65% a 13,45% (10,65% a 11% em 2013).

##### d) Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finape nos montantes de R\$ 11.973 (R\$ 26.183 em 2013) e R\$ 4.024 (R\$ 12.788 em 2013), respectivamente, com prazo de vencimento de 2014 a 2022.

##### e) Obrigações por empréstimos no exterior

Representadas pelas captações em dólares com a Caixa Geral de Depósitos New York Branch, no montante em reais de R\$ 178.623 (R\$ 67.560 em 2013) (USD 79.750) e com o Banco do Brasil London Branch, no montante em reais de R\$ 12.111 (USD 5.500), com vencimento até 2 de janeiro de 2015.

#### 17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

##### a) Sociais e estatutárias

	2014	2013
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	171	171
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>171</b>

(\*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

##### b) Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 18.a)	1.051	1.940
Impostos e contribuições a recolher	3.578	1.193
Impostos e contribuições diferidos (nota 19.c)	1.182	2.471
<b>Total</b>	<b>5.811</b>	<b>5.604</b>
Circulante	4.760	3.664
Exigível a longo prazo	1.051	1.940

##### c) Diversas

	2014	2013
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 21.b)	40	37
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.634	2.108
Provisão para riscos cíveis (nota 18.b)	110	110
Provisão para sucumbência de honorários advocatícios (nota 18.b)	182	182
Provisão para despesas de pessoal	3.735	4.577
Fornecedores a pagar	682	782
Valores de cobrança	2.319	-
Outras	518	553
<b>Total</b>	<b>10.220</b>	<b>8.349</b>
Circulante	8.067	8.349
Exigível a longo prazo	2.153	-

(\*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$ 646.551 (R\$ 468.272 em 2013), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$ 2.634 (R\$ 2.108 em 2013), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecida na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2014		2013	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	265.560	-	244.857	-
A	0,50%	311.001	1.555	46.976	235
B	1,00%	51.043	511	171.009	1.710
C	3,00%	18.947	568	5.430	163
<b>Total</b>		<b>646.551</b>	<b>2.634</b>	<b>468.272</b>	<b>2.108</b>

#### 18. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração do Banco, em 23 de junho de 2008, com respaldo do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos S.A., decidiu efetuar a provisão do valor em risco, para as contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, visando o saneamento do Banco Financeiro Português, em "Liquidação Ordinária", para que assim pudesse reiniciar as atividades como banco múltiplo. Com base nas atualizações dos processos ocorridas no primeiro semestre de 2014, a Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, reenquadrou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.c). Assim, o Banco possui provisões para contingências de natureza fiscal e cível, no montante de R\$ 1.051 (R\$ 1.940 em 2013), respectivamente, as quais estão registradas nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e "Outras obrigações - diversas".

##### a) Obrigações legais e contingências fiscais

O Banco é parte em processo judicial de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no montante de R\$ 319 que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda está classificado como possível pelo advogado externo.

Descrição	2014		2013	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
Contribuição social (i)	-	-	369	-
PIS (ii)	-	-	1.499	-
ISS (iii)	979	979	-	474
Subtotal	979	979	1.868	474
Contingências fiscais:				
ISS (iv)	-	1.665	-	1.518
IRPJ	72	-	72	-
Subtotal	72	1.665	72	1.518
<b>Total</b>	<b>1.051</b>	<b>2.644</b>	<b>1.940</b>	<b>1.992</b>

(i) Referiam-se, principalmente, a autuações sofridas pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos exercícios de 1997 e 1998, cujas bases de cálculo, utilizadas para o recolhimento desse tributo, estão sendo questionadas pela Receita Federal do Brasil - RFB. Em 31 de dezembro de 2013, o Banco efetuou o pagamento dessa contribuição através do programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei nº 11.941/09), conforme nota explicativa 18.d. (ii) Referiam-se, principalmente, a processo de compensação de PIS repique dos anos de 1995 a 2002. Em 31 de dezembro de 2013, a Receita Federal do Brasil finalizou a verificação das compensações efetuadas pelo Banco no período de 1995 a 2002, informando que o Banco não possui nenhuma obrigação a pagar. (iii) Refere-se ao valor do ISS controverso sobre garantias e fianças prestado a clientes relativo ao exercício de 2012 e ao primeiro semestre de 2013 no montante de R\$ 979, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível. (iv) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.665 (R\$ 1.518 em 2013). Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.

##### b) A movimentação das provisões passivas para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências		Contingências cíveis	Sucumbências cíveis	Total
	fiscais e previdenciárias				
Saldo em 31/12/2012	1.921	110	182	2.213	
Constituição (nota 27.b)	19	-	-	19	
Saldo em 30/06/2013	1.940	110	182	2.232	
Saldo em 31/12/2013	776	110	182	1.068	
Constituição (nota 27.b)	275	-	-	275	
Saldo em 30/06/2014	1.051	110	182	1.343	

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2014 e de 2013 é o seguinte:

Perdas	2014				2013			
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	-	-	265	265	369	369	292	292
Possíveis	1.421	1.051	1.042	27	3.116	1.571	1.015	-
Remotas	740	-	-	-	1.496	-	-	-
Total	2.161	1.051	1.307	292	4.981	1.940	1.307	292
Quantidade	5		6		8		5	

d) Adesão ao programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei nº 11.941/2009)

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais (REFIS), estabelecido na Lei nº 11.941/09, regulamentado pela portaria conjunta PGFN/RFB nº 07, de 15 de outubro de 2013, tendo sido incluídos nos programas os seguintes débitos:

Tributos federais	Principal	Multa e juros	Valor total	Valores pagos
Imposto de operação Financeira	123	480	603	336
Contribuição Social	73	302	375	209

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados

	2014	2013
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	1.816	(12.188)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(726)	4.875
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(3.414)	(123)
Despesas com gratificações e benefícios	(920)	(501)
Reversão de IR diferido	-	1.941
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.633)	(967)
Amortização do Ágio	(522)	(522)
Outros	(339)	(74)
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre	(4.140)	4.752

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco efetuou o reconhecimento de créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 5.717 (R\$ 12.997 em 2013), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.580	2.566
Marcação a Mercado	703	1.754
Marcação a Mercado - Títulos para negociação	-	1.783
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	378	496
Provisão para contingências fiscais	421	1.454
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.054	843
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	451	3.935
Outras	130	166
Total	5.717	12.997

c) Composição de obrigações diferidas

	2014	2013
Ajustes de marcação a mercado de derivativos (*)	(1.182)	(2.471)
Total de obrigações diferidas	(1.182)	(2.471)

(\*) Provisão para impostos e contribuições diferidos foi apurada pelos resultados da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos futuros nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013.

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2013		Saldo em 30 de junho de 2014	
	de 2013	Constituição/(realização)	de 2014	
Provisão para contingências fiscais	310	111	421	
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	897	(519)	378	
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.093	(39)	1.054	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.362	218	2.580	
Ajuste de marcação a mercado Títulos para negociação	375	(375)	-	
Ajustes de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	4	(4)	-	
Ajustes de marcação a mercado de futuros	-	703	703	
Ajustes de marcação a mercado de derivativos	3.139	(3.139)	-	
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	1.302	(851)	451	
Outras	130	-	130	
Saldo de créditos tributários	9.612	(3.895)	5.717	
Ajustes de marcação a mercado de derivativos	(3.208)	2.026	(1.182)	
Saldo de obrigações diferidas	(3.208)	2.026	(1.182)	

	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Constituição/(realização)	Saldo em 30 de junho de 2013
Provisão para contingências fiscais	1.441	13	1.454
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	2.763	(2.267)	496
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	740	103	843
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.707	859	2.566
Ajuste de marcação a mercado Títulos para negociação	-	1.783	1.783
Ajustes de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	-	7	7
Ajustes de marcação a mercado de futuros	1.454	(1.454)	-
Ajustes de marcação a mercado de derivativos	-	1.747	1.747
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	892	3.043	3.935
Outras	166	-	166
Saldo de créditos tributários	9.163	3.834	12.997
Ajustes de marcação a mercado de derivativos	(3.396)	925	(2.471)
Saldo de obrigações diferidas	(3.396)	925	(2.471)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	3.151	251	489	208	1.618	5.717
Obrigações diferidas	(1.182)	-	-	-	-	(1.182)

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 5.161 e R\$ 1.061, respectivamente.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, em 30 de junho de 2014 e de 2013, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliadas no exterior no montante de R\$ 400.000.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2014, foi deliberado a transferência da totalidade do saldo registrado em reserva de expansão para a reserva especial de lucros e, posteriormente, a absorção do prejuízo com essa reserva e com a reserva legal.

## 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

O plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários está em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa. O plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazo; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio. A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo. A remuneração variável é calculada: (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente; (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta"); (c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida"). O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores. No semestre findo em 30 de junho de 2014, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 4.839 (R\$ 1.492 em 2013), considerando salários, encargos e benefícios.

**b) Transações com partes relacionadas**

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2014 e de 2013:

	Grau de relação	2014		2013	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	2.815	-	625	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>					
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	(2)	-	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	5.302	3.387	195	-
<b>Câmbio - posição ativa</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	4.546	-	8.067	-
<b>Outros créditos</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	53	82	53	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	13	-	648	-
Sucursal Grand Cayman	Ligada	89	358	-	-
CGD Investimentos, CVC	Controlada	-	-	63	-
<b>Investimento - participação em coligadas e controladas</b>					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	15.262	(4.082)	45.422	(2.418)
<b>Depósitos</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	(1)	(7)	(1)
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(5.738)	(299)	(5.565)	(219)
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(90.184)	(3.720)	(133.955)	(242)
Administradores	Pessoal-chave	-	-	(1.903)	(67)
<b>Obrigações por empréstimo no exterior</b>					
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	177.733	(9)	(67.560)	(86)
<b>Câmbio - posição passiva</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	4.546	-	(8.067)	-
<b>Outras obrigações - Sociais e Estatutárias</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
<b>Outras obrigações - diversas</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(37)	-	(37)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(3)	-	-	-
<b>Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações</b>					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	-	82	108	-
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	1.523	799	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	-	122	-
Caixa Geral de Depósitos - Grand Cayman	Ligada	-	358	-	-
<b>Outras receitas operacionais</b>					
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	-	90	-

O Banco assinou, em 29 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 28.d) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência até dezembro de 2012. A referida linha de crédito de liquidez foi renovada em 20 de dezembro de 2013 pelo período de um ano, vencendo em 27 de dezembro de 2014.

**22. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASELEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07, o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional. O BCG Brasil submete para aprovação de seu Comitê de Crédito limites de crédito aderentes aos contornos estabelecidos na Resolução CMN nº 2.844/01. Qualquer excesso decorrente de eventos ou fatos supervenientes são geridos de forma a permitir o enquadramento da exposição no menor prazo possível e com o menor impacto, seja financeiro, seja na relação com o cliente. Em 30 de junho de 2014, havia um único caso de excesso de exposição equivalente a 26,2% do PR, e que no mês de agosto já se encontrava enquadrado.

**a) Índice da Basileia**

	2014	2013
Risco de crédito - RWAcpad	195.071	162.682
RWA para risco de mercado	11.194	11.557
Risco Operacional - RWAopad	17.752	19.647
Patrimônio de referência exigido - PRE	224.017	193.886
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	406.176	464.677
Índice da Basileia (*)	19,94	26,36

(\*) O Índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

**b) Limites de imobilização**

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2014, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 10,13% (9,89% em 2013).

**23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LÚCROS E RESULTADOS**

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o semestre findo em 30 de junho de 2014, em fase de aprovação pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas

gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas.

**24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Em 30 de junho de 2014 e de 2013 estão assim representadas:

	2014	2013
Comissão de estruturação e assessoria em operações	2.346	3.106
Rendas garantias prestadas	4.873	3.496
Outras	1.439	960
Total de receitas de prestação de serviços	8.658	7.562

**25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Em 30 de junho de 2014 e de 2013 estão assim representadas:

	2014	2013
Processamento de dados	3.198	2.834
Aluguel	1.650	1.535
Serviços técnicos especializados	977	949
Depreciação e amortização (*)	1.571	1.639
Serviços do sistema financeiro	908	929
Viagens	223	306
Publicações	217	158
Seguros	2	131
Manutenção e conservação de bens	177	187
Comunicação	356	238
Vigilância e segurança	150	160
Serviço de terceiros	196	149
Transportes	62	59
Água, energia e gás	70	61
Comissões pagas	27	3
Outras	740	652
Total	10.524	9.990

(\*) Inclui amortização do ágio no montante de R\$ 1.306 (R\$ 1.306 em 2013) (nota 13.b).

**26. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

Em 30 de junho de 2014 e de 2013 estão representadas por:

	2014	2013
Despesas de contribuição ao COFINS	1.483	1.449
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	198	231
Despesas de contribuição ao PIS	240	235
Outras	10	7
Total de despesas tributárias	1.931	1.922

**27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**

**a) Outras receitas operacionais**

	2014	2013
Recuperação de encargos e despesas	12	84
Varição monetária ativa	98	39
Rendas de títulos e créditos a receber	509	253
Descontos obtidos	105	26
Reversão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas (nota 17.c)	100	-
Outros	146	93
Total	970	495

**b) Outras despesas operacionais**

	2014	2013
Processos fiscais (nota 18.b)	275	19
Multas e juros	4	7
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas (nota 17.c)	-	257
Devolução Comissão	175	-
Outras despesas	15	16
Total	469	299

**28. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**a) Avais e fianças**

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

Descrição	2014	2013
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas	646.551	468.272

**b) Benefícios a empregados**

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No semestre findo em 30 de junho de 2014, o montante de contribuição é de R\$ 131 (R\$ 136 em 2013) e foi registrado como despesa de pessoal.

**c) Contratos de seguros**

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$ 14.203 (R\$ 12.563 em 2013). E o período de cobertura se estende até fevereiro de 2015.

**d) Linha de crédito com a matriz**

O Banco assinou em 29 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. Em 20 de dezembro de 2013, o contrato foi renovado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente.

**29. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Em 07 de maio de 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia o acordo operacional entre a "CGD" Investimentos e a "Octo" Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. O objetivo é a integração do DirectInvest e da Rico.com.vc, plataforma de investimento da Octo. Essa operação insere-se no processo de aquisição de uma participação de 51% pela CGD no capital social da Octo, em fase de aprovação no Banco Central do Brasil.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas do

**Banco Caixa Geral - Brasil S.A.**

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a

elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2014

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Marcelo Luis Teixeira Santos**

Contador

CRC nº 1 PR 050377/O-6



**BCG-Brasil em São Paulo**  
Rua Joaquim Floriano, 960 - 14º, 16º e 17º andares  
CEP 04534-004 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 3509 9300

**BCG-Brasil no Rio de Janeiro**  
Praia de Botafogo, 228 - sala 1201D - ala B  
CEP 22250-906 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3237 6650

**CGD Securities**  
São Paulo: Av. Juscelino Kubitschek, 1700 – 10º andar – Itaim Bibi  
CEP 04543-000 São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 3074-8004  
Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 228 – 7º andar - sala 702 - ala A  
CEP 22250-906 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3138-3100

[www.bcgbrasil.com.br](http://www.bcgbrasil.com.br)

[www.cgdsecurities.com.br](http://www.cgdsecurities.com.br)

Ouvidoria: 0800 940 3810 | [ouvidoria@bcgbrasil.com.br](mailto:ouvidoria@bcgbrasil.com.br)